

Alailson Almeida Cruz Filho

Perito Judicial Contábil
CRC/RJ Nº 110267/O-9



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOM JESUS DE ITABAPOANA – RJ.

PROCESSO: 0003618-35.2011.8.19.0010

AUTOR: MARIA DE FÁTIMA PADILHA LINHARES

REÚ: BANCO BMG E OUTRO(S)...

ALAILSON ALMEIDA CRUZ FILHO, perito contábil nomeado por esse Juízo para atuar no processo em epígrafe (**Indexador 0000189**), tendo realizado os procedimentos periciais e por fim concluído o seu **Laudo Pericial Contábil Financeiro**, vem solicitar a V.Ex^a., a sua juntada aos autos para que surta seus efeitos legais.

LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

Na forma como segue:

1 - RESUMO DO PROCESSO

Trata-se de ação Procedimento Comum – **DANO MORAL – CDC C/C DANO MATERIAL - CDC** em que o Autor: **MARIA DE FÁTIMA PADILHA LINHARES**, move em face das Rés: **BANCO BMG E LM CRED CORRESPONDENTE BANCÁRIO LTDA.**, cujo objeto são os negócios financeiros mantidos pelas partes.

2 - INTRODUÇÃO

1) **O pedido da Autora que trata a presente ação e é objeto da presente perícia está definido como segue abaixo:**

“Seja deferido ainda em sede LIMINAR a SUSPENSÃO da cobrança em seu contracheque do valor de R\$ 351,31 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), tendo em vista que tal cobrança está sendo questionada na presente ação, eis que a mesma é em decorrência de uma NOVAÇÃO não solicitada pela autora;”

2) **Em sua petição inicial (fls.0000003) o Autor esclarece que tal pedido procede a partir das seguintes premissas:**

“Alega que a autora NOVAMENTE está com o nome inscrito junto aos órgãos de proteção, mas para que seja bem explicado a situação requerida nesta ação, a autora dividiu em tópicos, onde explica os contratos antigos com suas respectivas cobranças irregulares e a nova negativação.”

“É importante esclarecer que em meados do ano 2005/2007, a autora celebrou três empréstimos com a primeira-ré. Em 2009, um destes empréstimos, foi alterado de forma unilateral no contracheque da autora.”

“Os valores eram descontados no contracheque, portanto, não havia como deixar de efetuar o pagamento, e foi neste ponto que ocorreu o primeiro **ERRO da primeira-ré**, que **NEGATIVOU O NOME DA AUTORA**, sem a devida informação e motivo.”

“Impedida de retirar o talão de cheques, foi informada na agência bancária que o seu nome estava negativado pela primeira-ré. Dirigiu-se à Associação Comercial e retirou o comprovante da negativação, em ato contínuo, entrou em contato com a primeira-ré, que informou que quem iria resolver a pendência seria a terceirizada, segunda-ré, passando telefones e endereço.”

“Em contato com um preposto de nome Rodolfo da segunda-ré, este disse que enviaria boletos para quitar uma diferença existente, já que ao invés de descontar R\$ 424,83, estava sendo descontado no contracheque o valor de R\$ 351,31 foi iniciado em **fevereiro de 2009**, em 60 parcelas (anexo 01/07), e o contrato só foi enviado dizendo que seria para acertar a situação em **setembro de 2009**, **oito meses depois**.”

“Ocorre que primeira-ré inseriu novamente o nome da autora junto ao SPC/SERASA (anexo 16/17) desta feita com origem um **CONTRATO INEXISTENTE**.

“O nome encontra-se NEGATIVADO com uma cobrança de um valor que **JAMAIS foi CONTRATADO E MUITO MENOS EXISTE TAL PRESTAÇÃO** de R\$ 230,00 (conforme comprova a cobrança em anexo).

“A autora celebrou com a primeira Ré três empréstimos consignados cujas prestações são devidas nos valores de R\$ 406,00 (quatrocentos e seis reais), R\$ 424,83 (quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos) e R\$ 66,00 (sessenta e seis reais).

“Contudo, sem maiores explicações, a prestação de R\$ 424,83 passou a ser descontada no valor de R\$ 351,31 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), no período de 02/2009 (anexo 01/07) até a data de 09/11/2009 perfazendo uma diferença de 10 meses, sendo a cada mês um valor de R\$ 73,52 ao mês que, passados 10 meses totalizou em uma diferença de R\$ 735,20 (setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

“Nesta data, a segunda-ré LMCRED CORRESPONDENTE BANCÁRIO LTDA, terceirizada – prestadora de serviço da primeira-ré, entrou em contato via telefone com a autora para efetuar o acerto desta diferença e passou a enviar boletos bancários alegando ser a diferença da prestação que era de R\$ 424,83 para o valor de R\$ 351,31. **TODOS** estes boletos foram devidamente pagos pela autora. (Conforme comprova o anexo 08/12).

“Neste mesmo dia, 09/11/2009 a primeira-ré, por meio de sua prestadora de serviço enviou um contrato (anexo 13), para que a autora assinasse, informando que seria liquidado as 11 parcelas restantes referente ao contrato em que a autora pagava o valor de R\$ 424,83 para a prestação de R\$ 351,31 fazendo desta forma o acerto tão somente da diferença destas 11 parcelas do que foi pago e que restaria a pagar no final.”

“Insta frisar que essa renegociação foi tão somente para acertar a diferença entre R\$ 424,83 para R\$ 351,31, **a autora não recebeu nenhum centavo**, só que a primeira-ré por meio de sua terceirizada LMCRED usou de má fé, e não fez somente o contrato dispondo sobre a diferença, e sim um novo contrato no valor de 351,31 X 60, totalizando R\$ 21.078,60 (vinte e um mil setenta e oito reais e sessenta centavos), para que a autora assinasse, que achando estranho entrou em contato, mas como disseram que deveria assinar para depois solucionarem o problema, a autora assinou, sendo isto o absurdo do processo, pois usaram da boa-fé da autora para prejudicarem a mesma, e isto é visível, pois o contrato de R\$ 424,06 que faltava apenas 11 prestações e perfazia um débito no valor de R\$ 4.664,66, passou para 60 X R\$ 351,31, **SEM QUE QUALQUER VALOR FOSSE RECEBIDO PELA AUTORA**.

“MM. Juiz, ainda que tenha gerado alguma diferença JAMAIS O DÉBITO PODERIA CHEGAR AO CÁLCULO DE **R\$ 351,31 X 60 PARCELAS = R\$ 21.078,60**, se em julho/2010, faltavam **APENAS 11 prestações no valor de R\$ 424,83, que totalizaria o valor de R\$ 4.673,13** (quatro mil seiscentos e setenta e três reais e treze centavos).

“Como poderia passar a existir tal débito, sem que a autora tenha recebido qualquer valor monetário adicional, aliás a autora desafia a primeira-ré a trazer um comprovante de que a mesma tenha RECEBIDO TAIS VALORES.

“Está demonstrado que a primeira-Ré e a segunda-ré, empresa –terceirizada agiram de má fé ao pedir que fosse assinado um contrato somente para quitar uma diferença, praticando outro ato que não havia sido combinado, ou seja **fizeram um NOVO contrato gerando um débito extorsivo, muito maior do que realmente era devido, ou seja NOVARAM o contrato UNILATERALMENTE.**

“Como não bastasse os problemas sofridos pela autora, o Banco requerido debitou em sua conta corrente, no dia 01/10/2009, sem a devida autorização, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), sem ao menos explicar do que se tratava o referido débito, uma arbitrariedade!”

Destarte, com base no acima relatado, fazem parte dos pedidos autorais:

- a) Em razão da verossimilhança dos fatos ora narrados, REQUER a concessão liminarmente, de tutela antecipada, para que as rés sejam obrigadas, de forma imediata, a tomar as providências administrativas necessárias para exclusão do nome da Autora dos cadastros do SERASA, e demais órgãos de proteção ao crédito, pelo suposto débito de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), que **NUNCA FOI CONTRATADO**, sob pena de MULTA DIÁRIA a ser fixada por este r.juízo;
- b) Que seja expedido o competente Ofício Judicial à empresa-Ré, assinalando-se prazo para cumprimento da ordem, com a fixação de multa por dia de atraso, com base no art. 644, cc. Art. 461, ambos do C.P.C, referente ao item “a” haja vista que a mesma se encontra devidamente em dia com suas prestações, eis que as mesmas são descontadas diretamente em seu contracheque;
- c) Seja deferido ainda em sede LIMINAR a SUSPENSÃO da cobrança em seu contracheque do valor de R\$ 351,31 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), tendo em vista que tal cobrança está sendo questionada na presente ação, eis que a mesma é em decorrência de uma NOVAÇÃO não solicitada pela autora;
- d) A citação das empresas-rés para conhecerem da presente ação, nos endereços inicialmente indicados, quanto à presente ação, e sobre a decisão proferida em sede liminar, sendo esta realizada por via postal (SEED) – visando maior economia e celeridade processual, para que, perante esse Juízo, apresente a defesa que tiver, dentro do prazo legal, sob pena de confissão quanto à matéria de fato ou pena de revelia, com designação de data para audiência a critério do D. Juízo; devendo ao final, ser julgada PROCEDENTE a presente;
- e) a inversão do ônus da prova, tendo em vista a presente demanda estar sob a égide do CDC;
- f) Sejam as empresas-rés condenadas a entregar a autora cópia de todos os contratos celebrados, inclusive o contrato referente à prestação de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), que gerou a NEGATIVAÇÃO do nome da autora no SERASA/SPC.

Adas em regula

g) Sejam as rés condenadas a DEVOLUÇÃO, e em dobro, da quantia apurada em perícia contábil, devidamente atualizada e corrigida dos contratos cobrados irregularmente (prestações de R\$ 351,31 e R\$ 230,00).

h) Sejam ao final julgado procedente para reconhecer o cancelamento do contrato referente à parcela de R\$ 351,31 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), eis que gerou dívida excessiva para a autora, de um débito originário de 11 parcelas já liquidadas, que a autora **NUNCA PRETENDEU FAZER TAL NOVAÇÃO.**

i) Sejam condenadas as Rés, ao pagamento de uma indenização, de cunho compensatório e punitivo, pelos danos morais causados a Autora, tudo conforme fundamentado, em valor pecuniário justo e condizente com o caso apresentado em tela, acrescido de custas processuais, bem como perícias que se fizerem necessárias, exames, laudos, vistorias, conforme arbitrados por esse D. Juízo;

j) incluir na esperada condenação das Rés, a incidência de juros e correção monetária na forma da lei em vigor, desde sua citação;

l) Sejam todas as verbas da condenação apuradas em regular execução de sentença, por perícia contábil, se necessidade houver.

m) seja JULGADO TOTALMENTE PROCEDENTE a presente demanda com a condenação da empresa ré ao pagamento de indenização por DANOS MORAIS, valor a ser fixado por V.Exa., devendo ser observados o caráter didático, pedagógico e punitivo, além dos DANOS MATERIAIS a serem apurados;

n) protesta por todos os meios de provas admitidos em direito, bem como prova documental suplementar, pericial e testemunhal;

o) que todas as intimações / publicações sejam em nome do advogado, Ziraldo Tatagiba Rodrigues, OAB-RJ 78.664, com escritório na Avenida Olímpica, nº 400, sala 102, Jardim Valéria, Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

3) **O 2º Réu apresenta sua contestação às (Indexador 0000054), em sua peça de bloqueio contesta no mérito a demanda do autor e rechaça a existência de abusividade no contrato celebrado em entre as partes, e em função de seus argumentos requer a improcedência integral dos pedidos autorais.**

4) **O 1º Réu apresenta sua contestação às (Indexador 0000073), em sua peça de bloqueio contesta no mérito a demanda do autor e rechaça a existência de abusividade no contrato celebrado em entre as partes, e em função de seus argumentos requer a improcedência integral dos pedidos autorais.**

3 – RESUMO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

Decisão do MM. Juízo em **16.05.2013 (Indexador 0000164)**, determinando e ratificando a necessidade do procedimento pericial aos quais reproduzimos em parte:

Decisão

“As partes são legítimas e estão bem representadas, estando presentes os pressupostos processuais, bem como as condições da ação. Declaro, pois, saneado o processo e, na seqüência, passo a organizar as atividades instrutórias. Fixo o ponto controvertido, a saber: **a)** em razão do que foi articulado na peça vestibular e nas respectivas peças de resistências há de ser reconhecida a aludida obrigação de fazer, exibição de documentos, repetição de indébito, anulação de contrato e no dever de indenizar? **b)** assim, qual é e até onde vai a responsabilidade dos demandados diante mesmo do que alegam em suas peças de resistências? A fixação dos pontos controvertidos é responsabilidade é fundamental para a organização das atividades de instrução probatória. Isto porque, como será visto com mais detalhes adiante apenas as alegações concernentes a fatos controvertidos devem ser provadas. O que é incontroverso não se constitui, em objeto de prova (mesmo porque tal prova seria inútil, já que não há dúvida no processo quanto à veracidade da alegação). Assim sendo, caberá ao Juiz, na audiência preliminar, afirmar, otimizando os resultados da instrução probatória. Com a fixação dos pontos controvertidos, impede-se a produção de prova inútil, o que permite um processo mais rápido e mais efetivo, com uma célebre entrega da prestação jurisdicional. Defiro as provas pelas quais as partes protestaram, inclusive a prova pericial contábil requerida pela parte autora. Ao ensejo, nomeio, desde já, como perito o Dr. JOSÉ CARLOS SILVEIRA BOUSQUET, perito contador, cadastrado no serviço de perícias judiciais do Tribunal de Justiça deste Estado, com endereço conhecido do cartório, que, intimado para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, proposta de honorários do Perito. Laudo em 20 (vinte) dias, após o depósito dos honorários do Perito. Faculto às partes, em 05 (cinco) dias, o oferecimento de quesitos e apresentação de seus respectivos assistentes técnicos. A AIJ será oportunamente designada. Intimadas as partes presentes. NADA MAIS HAVENDO, determinou-se, às 14h456mim, o encerramento desta, que, lida e achada conforme, vai por todos, assinada. Eu, Manoel F. da Silva, mat.01/17858, digitei.

LUIZ ALBERTO NUNES DA SILVA

JUIZ DE DIREITO

4 – OBJETIVO DA PERÍCIA

O objetivo deste procedimento judicial é conforme determinação do MM. Juízo, em R. Decisão (Indexador 0000164) exarada em 16.05.2013, para esclarecer os pontos controvertidos fixados.

5 – PROCEDIMENTO PERICIAL

5.1 – ANATOCISMO NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS

Urge esclarecer que conceitualmente a operação nos Contratos de Empréstimos através da utilização do Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), por si só, não configura a ocorrência de anatocismo. Na medida em que a Tabela Price é apenas um sistema de amortização, ou seja, a forma como o capital emprestado retorna ao seu dono. **Não mantendo qualquer relação com regimes de capitalização de juros.**

Senão vejamos a Tabela Price constitui-se em um sistema de amortização de capital que contempla como característica principal **a manutenção de uma prestação constante (de mesmo valor).**

Assim sendo os juros são calculados sobre o saldo devedor do mês imediatamente anterior **(capital efetivamente utilizado naquele período)**, e o valor apurado de juros sobre esta base de cálculo, é incorporado à prestação subsequente em relação ao saldo.

Logo, se a mesma é paga em seu vencimento, nenhum resíduo de juros é incorporado ao saldo devedor subsequente **não configurando assim juros sobre juros.**

A ocorrência em sua fórmula constitutiva de fator exponencial, que é o grande argumento dos juros compostos na tabela price, **está vinculada matematicamente a necessidade de uma razão exponencial inversa entre amortização e juros, de forma a garantir a constância da prestação periódica**, ou seja, a amortização, período a período, aumenta na razão exponencial inversa dos juros, que diminuem de forma a manterem a prestação constante.

O esclarecimento empírico do conceito explicitado acima estará demonstrado nas planilhas de cálculos do procedimento pericial.

5.2 – EVOLUÇÃO DO 1º CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 179816831

O procedimento pericial inicia-se com a avaliação da evolução do contrato de financiamento, conforme parâmetros pactuados (Indexador 0000085/0000096).

Apêndice 01 - taxas praticadas				
Justiça Estadual:	Data	07/08/20007	Taxa de juros a.m.	2,34%
1ª Vara Cível Da Comarca de Bom Jesus Itabapoana	Valor Liberado	R\$ 14.504,26	Períodos	72
Processo: 0003618-35.2011.8.19.0010	IOF	R\$ 220,84	Prestação	R\$ 424,83
Autor:	MARIA DE FÁTIMA PADILHA LINHARES		Taxa de juros a.m.	2,20%
Réu:	BANCO BMG S/A		Taxa de juros a.a.	30,31%
	Vencimento da 1ª Parcela: 15/10/2007	Valor Financiado	R\$ 14.725,10	
	Venc. Última Parcela: 15/09/2012	Principal (Carência)	R\$ 14.725,10	

A seguir, será demonstrada a consolidação dos parâmetros estabelecidos no Contrato de Empréstimo, considerando os ajustes necessários à adequação do contrato com o real valor devido pelo autor, considerando também a descrição das parcelas, de acordo com o pactuado entre as partes (Indexadores 0000085/0000096).

Ao analisarmos os parâmetros contratuais pactuados, elaboramos a planilha de evolução do referido contrato com o objetivo de fundamentar nossas conclusões, como segue:

CRÉDITO CONSIGNADO CONTRATO Nº 179816831 (INDEXADOR 0000085/0000096)					
Parcela	Vencimento	Prestação	Juros (S.D.ant.*TX)	Amortização (PMT - Juros)	Saldo Devedor (S.D.ant. - Amort.)
0					R\$ 14.725,10
1	15/10/2007	R\$ 424,83	R\$ 344,44	R\$ 80,39	R\$ 14.644,71
2	15/11/2007	R\$ 424,83	R\$ 342,56	R\$ 82,27	R\$ 14.562,43
3	15/12/2007	R\$ 424,83	R\$ 340,63	R\$ 84,20	R\$ 14.478,24
4	15/01/2008	R\$ 424,83	R\$ 338,66	R\$ 86,17	R\$ 14.392,07
5	15/02/2008	R\$ 424,83	R\$ 336,65	R\$ 88,18	R\$ 14.303,89
6	15/03/2008	R\$ 424,83	R\$ 334,59	R\$ 90,24	R\$ 14.213,64
7	15/04/2008	R\$ 424,83	R\$ 332,47	R\$ 92,36	R\$ 14.121,29
8	15/05/2008	R\$ 424,83	R\$ 330,31	R\$ 94,52	R\$ 14.026,77
9	15/06/2008	R\$ 424,83	R\$ 328,10	R\$ 96,73	R\$ 13.930,04
10	15/07/2008	R\$ 424,83	R\$ 325,84	R\$ 98,99	R\$ 13.831,06
11	15/08/2008	R\$ 424,83	R\$ 323,52	R\$ 101,31	R\$ 13.729,75
12	15/09/2008	R\$ 424,83	R\$ 321,16	R\$ 103,67	R\$ 13.626,08
13	15/10/2008	R\$ 424,83	R\$ 318,73	R\$ 106,10	R\$ 13.519,98
14	15/11/2008	R\$ 424,83	R\$ 316,25	R\$ 108,58	R\$ 13.411,39
15	15/12/2008	R\$ 424,83	R\$ 313,71	R\$ 111,12	R\$ 13.300,27
16	15/01/2009	R\$ 424,83	R\$ 311,11	R\$ 113,72	R\$ 13.186,55
17	15/02/2009	R\$ 424,83	R\$ 308,45	R\$ 116,38	R\$ 13.070,17
18	15/03/2009	R\$ 424,83	R\$ 305,73	R\$ 119,10	R\$ 12.951,07
19	15/04/2009	R\$ 424,83	R\$ 302,94	R\$ 121,89	R\$ 12.829,18
20	15/05/2009	R\$ 424,83	R\$ 300,09	R\$ 124,74	R\$ 12.704,44
21	15/06/2009	R\$ 424,83	R\$ 297,17	R\$ 127,66	R\$ 12.576,78
22	15/07/2009	R\$ 424,83	R\$ 294,19	R\$ 130,64	R\$ 12.446,14
23	15/08/2009	R\$ 424,83	R\$ 291,13	R\$ 133,70	R\$ 12.312,44
24	15/09/2009	R\$ 424,83	R\$ 288,00	R\$ 136,83	R\$ 12.175,61
25	15/10/2009	R\$ 424,83	R\$ 284,80	R\$ 140,03	R\$ 12.035,58
26	15/11/2009	R\$ 424,83	R\$ 281,53	R\$ 143,30	R\$ 11.892,28
27	15/12/2009	R\$ 424,83	R\$ 278,17	R\$ 146,66	R\$ 11.745,62
28	15/01/2010	R\$ 424,83	R\$ 274,74	R\$ 150,09	R\$ 11.595,54

Alailson Almeida Cruz Filho

Perito Judicial Contábil
CRC/RJ Nº 110267/O-9



29	15/02/2010	R\$ 424,83	R\$ 271,23	R\$ 153,60	R\$ 11.441,94
30	15/03/2010	R\$ 424,83	R\$ 267,64	R\$ 157,19	R\$ 11.284,75
31	15/04/2010	R\$ 424,83	R\$ 263,96	R\$ 160,87	R\$ 11.123,88
32	15/05/2010	R\$ 424,83	R\$ 260,20	R\$ 164,63	R\$ 10.959,26
33	15/06/2010	R\$ 424,83	R\$ 256,35	R\$ 168,48	R\$ 10.790,78
34	15/07/2010	R\$ 424,83	R\$ 252,41	R\$ 172,42	R\$ 10.618,35
35	15/08/2010	R\$ 424,83	R\$ 248,38	R\$ 176,45	R\$ 10.441,90
36	15/09/2010	R\$ 424,83	R\$ 244,25	R\$ 180,58	R\$ 10.261,32
37	15/10/2010	R\$ 424,83	R\$ 240,02	R\$ 184,81	R\$ 10.076,51
38	15/11/2010	R\$ 424,83	R\$ 235,70	R\$ 189,13	R\$ 9.887,39
39	15/12/2010	R\$ 424,83	R\$ 231,28	R\$ 193,55	R\$ 9.693,83
40	15/01/2010	R\$ 424,83	R\$ 226,75	R\$ 198,08	R\$ 9.495,75
41	15/02/2010	R\$ 424,83	R\$ 222,12	R\$ 202,71	R\$ 9.293,04
42	15/03/2010	R\$ 424,83	R\$ 217,38	R\$ 207,45	R\$ 9.085,59
43	15/04/2010	R\$ 424,83	R\$ 212,52	R\$ 212,31	R\$ 8.873,28
44	15/05/2010	R\$ 424,83	R\$ 207,56	R\$ 217,27	R\$ 8.656,01
45	15/06/2010	R\$ 424,83	R\$ 202,47	R\$ 222,36	R\$ 8.433,65
46	15/07/2010	R\$ 424,83	R\$ 197,27	R\$ 227,56	R\$ 8.206,09
47	15/08/2010	R\$ 424,83	R\$ 191,95	R\$ 232,88	R\$ 7.973,21
48	15/09/2010	R\$ 424,83	R\$ 186,50	R\$ 238,33	R\$ 7.734,89
49	15/10/2010	R\$ 424,83	R\$ 180,93	R\$ 243,90	R\$ 7.490,98
50	15/11/2010	R\$ 424,83	R\$ 175,22	R\$ 249,61	R\$ 7.241,38
51	15/12/2010	R\$ 424,83	R\$ 169,38	R\$ 255,45	R\$ 6.985,93
52	15/01/2011	R\$ 424,83	R\$ 163,41	R\$ 261,42	R\$ 6.724,51
53	15/02/2011	R\$ 424,83	R\$ 157,29	R\$ 267,54	R\$ 6.456,98
54	15/03/2011	R\$ 424,83	R\$ 151,04	R\$ 273,79	R\$ 6.183,18
55	15/04/2011	R\$ 424,83	R\$ 144,63	R\$ 280,20	R\$ 5.902,98
56	15/05/2011	R\$ 424,83	R\$ 138,08	R\$ 286,75	R\$ 5.616,23
57	15/06/2011	R\$ 424,83	R\$ 131,37	R\$ 293,46	R\$ 5.322,77
58	15/07/2011	R\$ 424,83	R\$ 124,51	R\$ 300,32	R\$ 5.022,45
59	15/08/2011	R\$ 424,83	R\$ 117,48	R\$ 307,35	R\$ 4.715,10
60	15/09/2011	R\$ 424,83	R\$ 110,29	R\$ 314,54	R\$ 4.400,56
61	15/10/2011	R\$ 424,83	R\$ 102,93	R\$ 321,90	R\$ 4.078,67
62	15/11/2011	R\$ 424,83	R\$ 95,40	R\$ 329,43	R\$ 3.749,24
63	15/12/2011	R\$ 424,83	R\$ 87,70	R\$ 337,13	R\$ 3.412,11
64	15/01/2012	R\$ 424,83	R\$ 79,81	R\$ 345,02	R\$ 3.067,09
65	15/02/2012	R\$ 424,83	R\$ 71,74	R\$ 353,09	R\$ 2.714,01
66	15/03/2012	R\$ 424,83	R\$ 63,48	R\$ 361,35	R\$ 2.352,66
67	15/04/2012	R\$ 424,83	R\$ 55,03	R\$ 369,80	R\$ 1.982,86
68	15/05/2012	R\$ 424,83	R\$ 46,38	R\$ 378,45	R\$ 1.604,41
69	15/06/2012	R\$ 424,83	R\$ 37,53	R\$ 387,30	R\$ 1.217,11
70	15/07/2012	R\$ 424,83	R\$ 28,47	R\$ 396,36	R\$ 820,75
71	15/08/2012	R\$ 424,83	R\$ 19,20	R\$ 405,63	R\$ 415,12
72	15/09/2012	R\$ 424,83	R\$ 9,71	R\$ 415,12	R\$ 0,00
Total		R\$ 30.587,76	R\$ 15.862,66	R\$ 14.725,10	
SALDO DEVEDOR DA PARTE AUTORA EM 15/09/2012					
Obs.: Saldo devedor a partir da prestação (30/72) que resultou nova negociação em função da insuficiência de margem consignável que o Autor possuiu a apresentar. Sendo gerado novo contrato em 60 prestações de R\$ 351,31.					

Assim comprovamos tratar-se de financiamento com amortização pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price).

Fica demonstrado pelo procedimento pericial, que com base na constatação dos documentos acostados aos autos foi possível verificar que a forma de pagamento (Tabela Price) adotado no Contrato de Financiamento celebrado pelas partes não houve qualquer prática de anatocismo, isto é, juros sobre juros. Isto porque o valor fixado para ser recuperado ao longo do prazo contratual, na importância de **R\$ 14.725,10 (quatorze mil setecentos e vinte e cinco reais e dez centavos)** foi pactuado pelas partes para ser pago pela autora através de **72 (setenta e duas) prestações mensais, sucessivas e no valor fixo de R\$ 424,83 (quatrocentos e vinte e**

quatro reais e oitenta e três centavos), indicando, assim, taxa de juros real praticada de **2,34% ao mês**, segundo o regime de capitalização simples e não compostos, como tecnicamente demonstrado, **conforme itens 5.1 e 5.2. no teor de nosso procedimento pericial.**

5.3. – EVOLUÇÃO DO 2º CONTRATO ADITIVO RENEGOCIAÇÃO Nº 195545064

O procedimento pericial inicia-se com a avaliação da evolução do contrato de financiamento, conforme parâmetros pactuados (**Indexadores 0000085/0000096**).

Apêndice 02 - taxas praticadas				
Justiça Estadual:	Data	18/09/2009	Taxa de juros a.m.	2,48%
1ª Vara Cível Da Comarca de Bom Jesus Itabapoana	Valor Liberado	R\$ 10.693,43	Períodos	60
Processo: 0003618-35.2011.8.19.0010	IOF	R\$ 202,33	Prestação	R\$ 351,31
Autor:	MARIA DE FÁTIMA PADILHA LINHARES		Taxa de juros a.m.	2,34%
Réu:	BANCO BMG S/A		Taxa de juros a.a.	32,57%
			CET a.m.	2,44%
Vencimento da 1ª Parcela: 15/11/2009	Valor Financiado	R\$ 10.895,76	CET a.a.	34,02%
Venc. Última Parcela: 15/10/2014	Principal (Carência)	R\$ 10.895,76		

A seguir, será demonstrada a consolidação dos parâmetros estabelecidos no Contrato de Empréstimo, considerando os ajustes necessários à adequação do contrato com o real valor devido pelo autor, considerando também a descrição das parcelas, de acordo com o pactuado entre as partes (Indexados 0000085/0000096).

Ao analisarmos os parâmetros contratuais pactuados, elaboramos a planilha de evolução do referido contrato com o objetivo de fundamentar nossas conclusões, como segue:

ADITIVO/RENEGOCIAÇÃO - CRÉDITO CONSIGNADO CONTRATO Nº 195545064 (INDEXADORES 0000085/0000096)					
Parcela	Vencimento	Prestação	Juros	Amortização	Saldo Devedor
			(S.D.ant.*TX)	(PMT - Juros)	(S.D.ant. - Amort.)
0					R\$ 10.895,76
1	15/11/2009	R\$ 351,31	R\$ 270,76	R\$ 80,55	R\$ 10.815,21
2	15/12/2009	R\$ 351,31	R\$ 268,76	R\$ 82,55	R\$ 10.732,65
3	15/01/2010	R\$ 351,31	R\$ 266,70	R\$ 84,61	R\$ 10.648,05
4	15/02/2010	R\$ 351,31	R\$ 264,60	R\$ 86,71	R\$ 10.561,34
5	15/03/2010	R\$ 351,31	R\$ 262,45	R\$ 88,86	R\$ 10.472,48
6	15/04/2010	R\$ 351,31	R\$ 260,24	R\$ 91,07	R\$ 10.381,41
7	15/05/2010	R\$ 351,31	R\$ 257,98	R\$ 93,33	R\$ 10.288,08
8	15/06/2010	R\$ 351,31	R\$ 255,66	R\$ 95,65	R\$ 10.192,42
9	15/07/2010	R\$ 351,31	R\$ 253,28	R\$ 98,03	R\$ 10.094,39
10	15/08/2010	R\$ 351,31	R\$ 250,84	R\$ 100,47	R\$ 9.993,93
11	15/09/2010	R\$ 351,31	R\$ 248,35	R\$ 102,96	R\$ 9.890,97
12	15/10/2010	R\$ 351,31	R\$ 245,79	R\$ 105,52	R\$ 9.785,44
13	15/11/2010	R\$ 351,31	R\$ 243,17	R\$ 108,14	R\$ 9.677,30
14	15/12/2010	R\$ 351,31	R\$ 240,48	R\$ 110,83	R\$ 9.566,47
15	15/01/2011	R\$ 351,31	R\$ 237,73	R\$ 113,58	R\$ 9.452,89
16	15/02/2011	R\$ 351,31	R\$ 234,90	R\$ 116,41	R\$ 9.336,48
17	15/03/2011	R\$ 351,31	R\$ 232,01	R\$ 119,30	R\$ 9.217,18
18	15/04/2011	R\$ 351,31	R\$ 229,05	R\$ 122,26	R\$ 9.094,92
19	15/05/2011	R\$ 351,31	R\$ 226,01	R\$ 125,30	R\$ 8.969,61
20	15/06/2011	R\$ 351,31	R\$ 222,89	R\$ 128,42	R\$ 8.841,20
21	15/07/2011	R\$ 351,31	R\$ 219,70	R\$ 131,61	R\$ 8.709,59
22	15/08/2011	R\$ 351,31	R\$ 216,43	R\$ 134,88	R\$ 8.574,71
23	15/09/2011	R\$ 351,31	R\$ 213,08	R\$ 138,23	R\$ 8.436,48
24	15/10/2011	R\$ 351,31	R\$ 209,65	R\$ 141,66	R\$ 8.294,82

Alailson Almeida Cruz Filho

Perito Judicial Contábil
CRC/RJ Nº 110267/O-9



25	15/11/2011	R\$ 351,31	R\$ 206,13	R\$ 145,18	R\$ 8.149,63
26	15/12/2011	R\$ 351,31	R\$ 202,52	R\$ 148,79	R\$ 8.000,84
27	15/01/2012	R\$ 351,31	R\$ 198,82	R\$ 152,49	R\$ 7.848,35
28	15/02/2012	R\$ 351,31	R\$ 195,03	R\$ 156,28	R\$ 7.692,07
29	15/03/2012	R\$ 351,31	R\$ 191,15	R\$ 160,16	R\$ 7.531,91
30	15/04/2012	R\$ 351,31	R\$ 187,17	R\$ 164,14	R\$ 7.367,76
31	15/05/2012	R\$ 351,31	R\$ 183,09	R\$ 168,22	R\$ 7.199,54
32	15/06/2012	R\$ 351,31	R\$ 178,91	R\$ 172,40	R\$ 7.027,14
33	15/07/2012	R\$ 351,31	R\$ 174,62	R\$ 176,69	R\$ 6.850,45
34	15/08/2012	R\$ 351,31	R\$ 170,23	R\$ 181,08	R\$ 6.669,37
35	15/09/2012	R\$ 351,31	R\$ 165,73	R\$ 185,58	R\$ 6.483,80
36	15/10/2012	R\$ 351,31	R\$ 161,12	R\$ 190,19	R\$ 6.293,61
37	15/11/2012	R\$ 351,31	R\$ 156,40	R\$ 194,91	R\$ 6.098,69
38	15/12/2012	R\$ 351,31	R\$ 151,55	R\$ 199,76	R\$ 5.898,94
39	15/01/2013	R\$ 351,31	R\$ 146,59	R\$ 204,72	R\$ 5.694,21
40	15/02/2013	R\$ 351,31	R\$ 141,50	R\$ 209,81	R\$ 5.484,40
41	15/03/2013	R\$ 351,31	R\$ 136,29	R\$ 215,02	R\$ 5.269,38
42	15/04/2013	R\$ 351,31	R\$ 130,94	R\$ 220,37	R\$ 5.049,01
43	15/05/2013	R\$ 351,31	R\$ 125,47	R\$ 225,84	R\$ 4.823,17
44	15/06/2013	R\$ 351,31	R\$ 119,86	R\$ 231,45	R\$ 4.591,72
45	15/07/2013	R\$ 351,31	R\$ 114,10	R\$ 237,21	R\$ 4.354,51
46	15/08/2013	R\$ 351,31	R\$ 108,21	R\$ 243,10	R\$ 4.111,41
47	15/09/2013	R\$ 351,31	R\$ 102,17	R\$ 249,14	R\$ 3.862,27
48	15/10/2013	R\$ 351,31	R\$ 95,98	R\$ 255,33	R\$ 3.606,93
49	15/11/2013	R\$ 351,31	R\$ 89,63	R\$ 261,68	R\$ 3.345,26
50	15/12/2013	R\$ 351,31	R\$ 83,13	R\$ 268,18	R\$ 3.077,07
51	15/01/2014	R\$ 351,31	R\$ 76,46	R\$ 274,85	R\$ 2.802,23
52	15/02/2014	R\$ 351,31	R\$ 69,64	R\$ 281,67	R\$ 2.520,55
53	15/03/2014	R\$ 351,31	R\$ 62,64	R\$ 288,67	R\$ 2.231,88
54	15/04/2014	R\$ 351,31	R\$ 55,46	R\$ 295,85	R\$ 1.936,03
55	15/05/2014	R\$ 351,31	R\$ 48,11	R\$ 303,20	R\$ 1.632,83
56	15/06/2014	R\$ 351,31	R\$ 40,58	R\$ 310,73	R\$ 1.322,10
57	15/07/2014	R\$ 351,31	R\$ 32,85	R\$ 318,46	R\$ 1.003,64
58	15/08/2014	R\$ 351,31	R\$ 24,94	R\$ 326,37	R\$ 677,27
59	15/09/2014	R\$ 351,31	R\$ 16,83	R\$ 334,48	R\$ 342,79
60	15/10/2014	R\$ 351,31	R\$ 8,52	R\$ 342,79	R\$ 0,00
Total		R\$ 21.078,60	R\$ 10.182,84	R\$ 10.895,76	
SALDO DEVEDOR DA PARTE AUTORA EM 15/09/2012					
Obs.: Contrato celebrado em função da insuficiência de margem consignável que o autor passou a apresentar para os descontos em folha					

Assim comprovamos tratar-se de financiamento com amortização pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price).

Fica demonstrado pelo procedimento pericial, que com base na constatação dos documentos acostados aos autos foi possível verificar que a forma de pagamento (Tabela Price) adotado no Contrato de Financiamento celebrado pelas partes não houve qualquer prática de anatocismo, isto é, juros sobre juros. Isto porque o valor fixado para ser recuperado ao longo do prazo contratual, na importância de **R\$ 10.895,76 (dez mil oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos)** foi pactuado pelas partes para ser pago pela autora através de 60 (sessenta) prestações mensais, sucessivas e no valor fixo de **R\$ 351,31 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos)**, indicando, assim, taxa de juros real praticada de **2,48% ao mês**, segundo o regime de capitalização simples e não compostos, como tecnicamente demonstrado, **conforme itens 5.1. e 5.3. no teor de nosso procedimento pericial.**

5.4 – DESCONTOS EM DUPLICIDADE

Conforme constatado por esta perícia, segue valores descontados indevidamente no contra cheque da parte autora, de acordo com o demonstrativo abaixo:

DESCONTOS EM DUPLICIDADE	
Competência	Valor Debitado Contra Cheque
janeiro-11	R\$ 424,83
fevereiro-11	R\$ 424,83
março-11	R\$ 424,83
abril-11	R\$ 424,83
maio-11	R\$ 424,83
TOTAL	R\$ 2.124,15

Assim sendo, no entendimento técnico desta perícia o valor na importância de **R\$ 2.124,15 (dois mil cento e vinte e quatro reais e quinze centavos)**, deverão ser ressarcidos ao autor.

6 – QUESITOS

Com o resultado dos trabalhos periciais concluídos e o convencimento formado, esta perícia passa a responder os quesitos formulados pelas partes, sendo os do Autor (**fls.173/175**), e os do Réu (**fls.170/171**).

6.1 – QUESITOS DO AUTOR

1. A autora em meados do ano 2005/2007, celebrou três empréstimos com a primeira-ré?

Resposta: Afirmativa é a resposta.

2. Em 2009, um destes empréstimos, foi alterado de forma UNILATERAL no contracheque da autora, efetuando cobranças à menor, há aditamento sobre tal contrato?

Resposta: Assunto de mérito. Vedado ao perito.

3. Os valores eram descontados no contracheque?

Resposta: Vide resposta do quesito nº 1 desta série.

4. Foi verificada uma diferença no pagamento, onde deveria descontar R\$ 424,83, e foi descontado o valor de R\$ 351,31?

Resposta: Tal diferença no pagamento se deu em função do novo contrato aditivo/renovação nº 195545064, face a insuficiência de margem consignável, conforme demonstrado no teor de nosso procedimento pericial.

5. Esta diferença foi enviada por meio de boletos, e devidamente quitada?

Resposta: Afirmativa é a resposta.

6. Foi descontado os valores de R\$ 351,31 e R\$ 424,83 concomitantemente no contracheque da autora, pelo menos de janeiro a maio de 2011 (fls.38/42)?

Resposta: Vide resposta anterior.

7. Tem como informar se o desconto de R\$ 351,31 foi iniciado em fevereiro de 2009, em 60 parcelas (anexo 01/07)?

Resposta: Vide resposta anterior.

8. Há como informar se o valor pago no carnê recebido pela autora (fls.43), correspondia a uma mesma parcela que fora descontada no contracheque da autora?

Resposta: Afirmativa é a resposta.

9. Há como afirmar se os valores correspondente a prestação de R\$ 351,31 x 60, que totalizou R\$ 21.078,60, entrou na conta corrente da autora?

Resposta: Tal operação foi realizada em 18/09/2009 para liquidar o saldo devedor do contrato nº 179816831 cuja a prestação era de R\$ 424,83, sendo repassado ao autor o valor líquido remanescente de R\$ 136,84 creditado em conta corrente.

10. Com apenas 11 prestações no valor de R\$ 424,83, qual o valor que totalizaria o débito?

Resposta: Tal informação encontra-se demonstrada no item 5.2 – EVOLUÇÃO DO 1º CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 179816831.

11. Quais os descontos efetuados pela empresa/ré nos meses de JANEIRO A MAIO de 2011 no contracheque da autora?

Resposta: Eram descontados os seguintes valores respectivamente: R\$ 424,83 e R\$ 351,31.

12. O nome da autora foi inscrito no SERASA pela prestação de R\$ 230,00?

Resposta: Tal informação encontra-se juntada nos autos pelo próprio autor (Indexador 0000029), onde poderá ser verificado os termos que o quesito formulado se refere.

13. Existe um contrato que corresponda a PRESTAÇÃO cobrada no valor de R\$ 230,00?

Resposta: Negativa é a resposta.

14. Sobre este contrato no valor de R\$ 230,00, houve algum depósito correspondente a empréstimo ou financiamento na conta corrente da autora?

Resposta: Vide resposta anterior.

15. A cópia dos contratos apresentados às fls.81/94, correspondem a quais contratos e quais valores?

Resposta: Tais informações encontram-se nos itens 5.2. e 5.3. no teor de nosso procedimento pericial.

16. Quais os valores cobrados, se houver, não estão acobertados por um contrato?

Resposta: Tendo em vista a subjetividade do quesito formulado. Prejudica está a resposta.

17. Há como informar se a renegociação da diferença entre R\$ 424,83 para R\$ 351,31, a autora recebeu algum valor?

Resposta: Vide resposta do quesito nº 9 desta série.

18. Se ocorrera tal renegociação, não poderia haver cobrança concomitante destes dois valores, assim houve pagamento em duplicidade de janeiro a maio de 2011, de R\$ 351,31 e R\$ 424,83 concomitantemente (anexos 17/21)?

Resposta: Afirmativa é a resposta.

19. Quanto a autora pegou de empréstimo, no contrato citado acima e quanto pagou?

Resposta: Vide resposta do quesito nº 15 desta série.

20. O nome da autora foi negativado pelo débito de R\$ 250,00, há contrato que corresponda a este empréstimo?

Resposta: Vide resposta do quesito nº 12 desta série.

21. Caso queira tecer algum esclarecimento sobre tais dívidas, que o faça neste quesito.

Resposta: Não há mais o que esclarecer.

6.2 – QUESITOS DO RÉU

1 – Pede-se ao Sr. Perito que informe o tipo de contrato que foi firmado entre a autora e o Réu, suas cláusulas, condições e prazos;

Resposta: Tais informações encontram-se nos itens 5.1. ao item 5.3. no teor de nosso procedimento pericial.

2 - Queira informar se os valores cobrados pela empresa estão em consonância com as cláusulas do Contrato firmado entre as partes;

Resposta: Assunto de Mérito. Vedado ao perito.

3 - Queira informar se há previsão contratual quanto à cobrança de dos juros aplicados;

Resposta: Afirmativa é a resposta.

4 - Queira Informar o índice de juros aplicados pelo Réu, e se este percentual está acima da média praticada por outras instituições financeiras?

Resposta: Negativa é a resposta.

5 – Queira o I. Perito informar qual sistema de amortização de dívidas foi utilizado no contrato;

Resposta: Vide resposta do quesito nº 1 desta série.

6 - Queira o Ilustre Perito informar qual o valor do saldo devedor da autora, atualizado com base nas cláusulas contratuais.

Resposta: Para emitir tal afirmativa, é necessário se fazer o julgamento do mérito. Depois de transitado em julgado e devidamente parametrizado, pode o perito apurar o valor requerido.

7 – CONCLUSÃO

Após análise exclusivamente técnica da documentação probatória adunada aos autos, aplicou-se a parametrização constante nos contratos de empréstimos litigados, sobre os valores contratados para certificação da correção dos valores discutidos nos autos, conforme abaixo:

- a) Fica demonstrado pelo procedimento pericial, que com base na constatação dos documentos acostados aos autos foi possível verificar que a forma de pagamento (Tabela Price) adotado no Contrato de Financiamento celebrado pelas partes não houve qualquer prática de anatocismo, isto é, juros sobre juros. Isto porque o valor fixado para ser recuperado ao longo do prazo contratual, na importância de **R\$ 14.725,10 (quatorze mil setecentos e vinte e cinco reais e dez centavos)** foi pactuado pelas partes para ser pago pela autora através de **72 (setenta e duas) prestações mensais, sucessivas e no valor fixo de R\$ 424,83 (quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos)**, indicando, assim, taxa de juros real praticada de **2,34% ao mês**, segundo o regime de capitalização simples e não compostos, como tecnicamente demonstrado, **conforme itens 5.1 e 5.2. no teor de nosso procedimento pericial.**
- b) Fica demonstrado pelo procedimento pericial, que com base na constatação dos documentos acostados aos autos foi possível verificar que a forma de pagamento (Tabela Price) adotado no Contrato de Financiamento celebrado pelas partes não houve qualquer prática de anatocismo, isto é, juros sobre juros. Isto porque o valor fixado para ser recuperado ao longo do prazo contratual, na importância de **R\$ 10.895,76 (dez mil oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos)** foi pactuado pelas partes para ser pago pela autora através de **60 (sessenta) prestações mensais, sucessivas e no valor fixo de R\$ 351,31 (trezentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos)**, indicando, assim, taxa de juros real praticada de **2,48% ao mês**, segundo o regime de capitalização simples e não compostos, como tecnicamente demonstrado, **conforme itens 5.1. e 5.3. no teor de nosso procedimento pericial.**

Por outro lado, constatamos que houve cobrança efetuada em duplicidade pela 1ª Ré, de acordo com o demonstrativo a seguir:

DESCONTOS EM DUPLICIDADE	
Competência	Valor Debitado Contra Cheque
janeiro-11	R\$ 424,83
fevereiro-11	R\$ 424,83
março-11	R\$ 424,83
abril-11	R\$ 424,83
maio-11	R\$ 424,83
TOTAL	R\$ 2.124,15

Assim sendo, no entendimento técnico desta perícia o valor na importância de **R\$ 2.124,15 (dois mil cento e vinte e quatro reais e quinze centavos)**, deverão ser ressarcidos ao autor.

Destarte, ressalvados os aspectos jurídicos e a primazia decisória da instância julgadora, a vontade do Autor depende de decisão de mérito e, melhor serão atendidos por ocasião da prolação de Sentença, devendo ser apurado em sede de execução no momento oportuno.

8 – ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a acrescentar, encerro o presente Laudo em 16 (dezesesseis) laudas digitadas de um só lado. Ficando o Perito à disposição deste Juízo para prestar outros esclarecimentos, se necessário.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

ALAILSON ALMEIDA CRUZ FILHO
Contador CRC/RJ Nº 110267/O-9
Perito do Juízo